



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Rompimento e misoginia

Integrantes da campanha à reeleição de Celina Leão (PP) avaliam que o rompimento declarado por Ibaneis Rocha (MDB) na semana passada foi positivo para a candidatura dela. Ficou claro, na visão deles, que a governadora não é um fantoche de Ibaneis, e a reação firme despertou a simpatia de mulheres. Celina mantém o discurso em defesa do poder feminino e declarou, em entrevista à *Folha de S.Paulo*, divulgada ontem, que Ibaneis estava sendo misógino ao avaliar que poderia governar o DF por meio dela.



Mineirino Júnior/CB/D.A. Press



Ed Alves/CB/D.A. Press

Convite para candidatura

O ex-governador Ibaneis Rocha (MDB) chegou a conversar com o ex-secretário de Governo José Humberto Pires (MDB) sobre o interesse em concorrer ao GDF por meio de uma via alternativa à de Celina Leão (PP), segundo relato de um integrante de partido aliado. Em outros tempos, José Humberto até pensou em concorrer ao governo, mas agora não demonstrou entusiasmo com o projeto. Será candidato a deputado federal.

Posse prestigiada

A governadora Celina Leão (PP) tem elogiado a atuação da procuradora-geral do DF, Diana de Almeida, que ajudou a viabilizar o acordo para salvar o BRB. Ontem, Diana tomou posse oficialmente no cargo, com a presença de Celina e da deputada federal Bia Kicis (PL-DF), que é procuradora aposentada.



Divulgação/Procuradoria-geral do DF

Mulheres na disputa

Por falar em mulheres, as próximas eleições contam com duas candidatas ao Palácio do Buriti: Celina Leão (PP) e Paula Belmonte (PSDB). Pelo menos um concorrente deve ter uma aliada como vice na chapa. Leandro Grass (PT) deve disputar tendo ao lado Tetê Monteiro (PSol) ou Dora Gomes (PV).



Reprodução/Instagram

Candidatura com apoio nacional

O presidente nacional do PSB, João Campos, gravou mensagem, ontem, confirmando a prioridade do partido no projeto de eleição de Ricardo Cappelli (PSB) ao Palácio do Buriti. O prazo para registro das candidaturas vai se aproximando e Cappelli mantém disposição firme de concorrer, mesmo sem aliança com o PT.

Ed Alves/CB/D.A. Press



Carreata em defesa do BRB

Os acionistas minoritários do BRB vão promover uma carreata, nesta manhã, em defesa do banco. A Aneabr (Associação Nacional dos Empregados Ativos e Aposentados do BRB) e a AABR (Associação Atlético Banco de Brasília) estão convocando empregados e a população em geral para o ato, às 9h30, com partida em frente ao estádio Mané Garrincha. "O Banco de Brasília é patrimônio da nossa sociedade. É hora de mostrar nossa união e lutar por um banco público forte, transparente e comprometido com o desenvolvimento do DF", sustentam as associações, que chegaram a alertar a diretoria sobre prejuízos que as operações com o Master poderiam provocar ao BRB.

Tecnologia na disputa eleitoral

Uma pesquisa inédita da plataforma Offerwise, realizada com 1.000 entrevistados em todo o Brasil, mostra que 61,8% da população reconhece o uso de tecnologia pelas polícias estaduais na segurança pública. A confiança nas instituições, porém, ainda enfrenta resistência: apenas 46,5% dos brasileiros dizem confiar na Polícia Civil e 46,3% na Polícia Militar. Em Goiás, estado governado pelo presidente Ronaldo Caiado (PSD), o cenário é outro. Entre os goianos entrevistados, 71,7% reconhecem que a polícia usa tecnologia no combate ao crime, dez pontos acima da média nacional. O carro-chefe dessa percepção é o programa IA Contra o Crime, com 81,9% de avaliação positiva. A correlação com aprovação de governo é imediata: entre quem percebe tecnologia na polícia, 94,2% avaliam a segurança como ótima ou boa. Um trunfo para Caiado que ainda tem desafios para crescer em meio à polarização Lula x Flávio Bolsonaro.



ROBERTO SINGI/ESTÁDIO CONTEÚDO



Ed Alves/CB/D.A. Press

Festa dupla

O deputado federal Alberto Fraga (PL-DF) prepara uma grande festa para reunir amigos, neste sábado, para celebrar o aniversário de 70 anos. Também será um ato de largada na pré-campanha à reeleição.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

Operação Compliance Zero

Negociação de R\$ 6,6 bi usará receitas públicas como garantia. Na visão do Legislativo local, o projeto precisa de aprovação da Casa

Acordo deve passar pela CLDF

» ANA CAROLINA ALVES

O acordo discutido no Supremo Tribunal Federal (STF) para viabilizar o socorro financeiro ao Banco de Brasília (BRB) deverá superar mais uma barreira: a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). A proposta, cuja aprovação definitiva é aguardada para hoje, prevê um empréstimo de R\$ 6,6 bilhões junto ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC), "mediante a garantia de fiança oferecida por um sindicato de bancos e contragarantias oferecidas em receitas do Distrito Federal derivados do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)", como destaca o documento.

O uso dessas receitas futuras como garantia pode exigir aval do Legislativo local. Segundo o economista e professor da Universidade de Brasília (UnB) César Bergo, o comprometimento de recursos públicos esbarra em exigências fiscais e orçamentárias. "Há um comprometimento dessas receitas para pagamento da operação, e isso envolve a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Como a LDO é competência da Câmara Legislativa, essa questão terá que passar pela Casa para aprovação do uso desses recursos orçamentários", afirmou.

Bergo acrescenta que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece limites à atuação do Executivo em operações com impacto sobre as contas públicas, o que, na avaliação dele, exige respaldo político e

Ana Carolina Alves/CB/D.A. Press



Deputados se reuniram com ministro da Fazenda, Dario Durigan, para tratar da situação do BRB

jurídico da CLDF. "Existe limite para o Executivo agir, tendo em vista o orçamento, então tem que haver anuência da Câmara Legislativa", disse. O especialista pondera, contudo, que essas etapas não inviabilizam o acordo nem impedem seu avanço.

O presidente da CLDF, Wellington Luiz (MDB), afirmou ao **Correio** que, no entendimento da Casa, o acordo em negociação envolvendo o BRB deverá passar pela aprovação dos deputados distritais. "Ainda não sabemos quais são os termos do acordo, então, será necessário avaliar as garantias e o negócio em si", disse.

Wellington Luiz acrescentou que o Legislativo distrital não participa

diretamente das negociações conduzidas entre GDF, União e demais atores envolvidos, mas monitora o andamento das tratativas. "Temos acompanhado as negociações porque isso diz respeito a todos nós. Estamos trabalhando, inclusive, para que tudo dê certo, para que o banco permaneça sólido e firme", afirmou.

Cobrança da oposição

A avaliação de que a operação deverá passar pelo crivo da Câmara é compartilhada pela oposição, que cobra participação do Legislativo na discussão e demonstra preocupação com os impactos fiscais do acordo em

negociação. Representantes do Partido dos Trabalhadores (PT) participaram, ontem, de uma reunião com o Ministro da Fazenda, Dario Durigan, para discutir o futuro do BRB.

De acordo com a deputada federal Érika Kokay (PT-DF), a operação em negociação no STF deverá ser avaliada por um consórcio de grandes bancos, incluindo instituições públicas e privadas. "Não é um aval apenas da Caixa ou do Banco do Brasil. É um conjunto dos maiores bancos do país que participará dessa construção", explicou. As condições do financiamento, no entanto, seguem indefinidas. "Taxa de juros, prazo e carência ainda estão sendo discutidos", afirmou a deputada.

A preocupação com os impactos dessas condições a serem definidas foi reforçada pelo deputado distrital Chico Vigilante (PT). "Ajuste fiscal geralmente recai sobre os mais pobres. Nosso papel será fiscalizar para que isso não prejudique a população mais carente", afirmou.

O distrital reforçou que o ministro da Fazenda foi taxativo ao afirmar que nenhum dinheiro da União seria usado no acordo para salvar o BRB. "Isso (crise do BRB) não é um problema do governo federal, é um problema do GDF, e ele que resolva esse problema", afirmou Vigilante.

Segundo ele, a única sinalização concreta até agora é a ampliação do limite de crédito do DF, que hoje gira em torno de R\$ 900 milhões, enquanto a necessidade imediata seria de cerca de R\$ 6 bilhões. "O empréstimo está em discussão. O que existe é a ampliação da capacidade de endividamento dentro dos limites definidos pelo Senado (de 16% da receita corrente líquida do município)", explicou.

Apesar das incertezas, a expectativa dos parlamentares é de que a participação da União permita evitar medidas mais drásticas, como a privatização ou liquidação da instituição. "Se não houvesse essa ampliação da capacidade de crédito, provavelmente estaríamos falando de privatização ou até liquidação do banco", disse Erika.